CORREIO JURÍDICO

POR **ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE** (Estagiário)

DIVULGAÇÃO/JUSTIÇA FEDERAL

Situação levou tribunais a avaliarem medidas para reduzir despesas

Déficit de R$ 266 mi ameaça pagamentos na Justiça Federal

A Justiça Federal enfrenta um déficit de R$ 266 milhões no orçamento de 2026. Para fechar as contas, os seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) discutem alternativas como cortes em contratos, obras e tecnologia. Também foram levantadas possibilidades de transferir para janeiro de 2027 encargos da folha de dezembro, o auxílio-alimentação e a segunda parcela do 13º salário dos servidores. O Conselho da Justiça Federal (CJF), porém, afirma que os pagamentos não deverão ser adiados. Segundo o órgão, quase 80% do déficit decorre da antecipação do adicional de qualificação, previsto inicialmente para julho, mas pago desde janeiro. O presidente do CJF e do STJ, ministro Luís Felipe Salomão, discute com os presidentes dos TRFs uma solução conjunta para o desequilíbrio orçamentário. A situação levou os tribunais a avaliarem medidas para reduzir despesas até o encerramento do exercício financeiro.

CJF amplia controle sobre precatórios

O Conselho da Justiça Federal (CJF) ampliou o controle sobre a expedição e a cessão de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs). A determinação do presidente do órgão, ministro Luis Felipe Salomão, exige que o direito ao crédito e o valor estejam definitivamente definidos antes da emissão. Magistrados também deverão verificar as condições econômicas da cessão, a informação fornecida ao credor e se houve concordância livre com a negociação, como forma de reforçar a segurança das operações realizadas.

LUCAS PRIKEN/STJ

Determinação foi do presidente, ministro Luis Felipe Salomão

STF afasta ICMS de subsídio de energia

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na Sessão de 25 de setembro, que não incide ICMS sobre a subvenção econômica destinada a reduzir a tarifa de energia elétrica para consumidores de baixa renda. Por maioria, a Corte entendeu que o repasse da União às distribuidoras não integra o valor da operação de fornecimento de energia e, portanto, não pode compor a base de cálculo do imposto. A decisão foi tomada no julgamento do Tema 1.113 da repercussão geral e impede a tributação da parcela pelos estados.

TRT julga recurso da Volkswagen no Pará

O TRT da 8ª Região, com sede em Belém (PA) e jurisdição sobre Pará e Amapá, julga nesta quinta-feira (8) recurso da Volkswagen contra condenação ao pagamento de R$ 2 milhões a Pedro Valdo Pereira Vasconcelos. A Justiça reconheceu que ele foi submetido a condições análogas à escravidão na Fazenda Vale do Rio Cristalino, empreendimento ligado à montadora no Pará durante a ditadura. A indenização foi fixada em junho.

OAB defende Eleições I

A Ordem parabenizou os candidatos eleitos e afirmou que continuará acompanhando o processo nos estados onde haverá segundo turno. A entidade também defendeu respeito à soberania do voto, diálogo e pacificação, reafirmando seu compromisso com a democracia, as liberdades, a Constituição e a vontade expressa nas urnas.

OAB defende Eleições II

A OAB acompanhou, neste domingo (4), a votação e a totalização dos votos do primeiro turno das Eleições Gerais de 2026 no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A entidade, que fiscaliza etapas do processo eleitoral, acompanhou os trabalhos da Justiça Eleitoral e reconheceu a atuação de magistrados, servidores e colaboradores.

Justiça exclui Post I

A Justiça do Trabalho em Minas Gerais determinou que uma empresa de locações e transportes e dois empresários retirem publicações que prometiam folgas aos empregados caso determinado candidato vencesse a eleição no primeiro turno. A decisão acolheu parcialmente pedido do MPT/MG e prevê multa de R$ 30 mil por obrigação descumprida.

Justiça exclui Post II

Além de excluir as mensagens, os réus deverão divulgar comunicado sobre a liberdade de escolha dos empregados, sem retaliações ou benefícios ligados ao voto. A decisão proíbe propaganda político-partidária e pressão sobre trabalhadores e exige, em eventual segundo turno, escalas que permitam a votação sem desconto ou compensação.

Processos Ambientais I

Mais de 40 mil processos ambientais foram movimentados durante a II Semana da Pauta Verde, realizada de 8 a 12 de junho pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa reuniu os 27 tribunais estaduais e seis tribunais regionais federais e movimentou 40,7 mil processos, 15,6 mil a mais que na primeira edição.

Processos Ambientais II

O mutirão resultou em cerca de três mil audiências, 3.206 sentenças e mais de 6,4 mil decisões interlocutórias. Foram homologados 762 acordos. A Semana da Pauta Verde busca acelerar ações ambientais e enfrentar demandas como regularização fundiária, proteção de recursos hídricos, combate a queimadas e encerramento de lixões.

DIVULGAÇÃO/PF

Ações ocorreram em 23 estados e no Distrito Federal

Polícia Federal apreende R$ 2,8 milhões durante o primeiro turno

Balanço aponta 49 inquéritos e 100 termos por suspeitas de crimes eleitorais

Da **Redação**

A Polícia Federal (PF) apreendeu R$ 2,85 milhões em bens e valores durante o primeiro turno das eleições gerais, realizado no domingo (4). Desse total, R$ 520,5 mil correspondem a dinheiro em espécie. O balanço final da atuação da corporação foi divulgado na segunda-feira (5).

Ao longo do dia da votação, 204 pessoas foram conduzidas em ocorrências relacionadas a suspeitas de crimes eleitorais. A PF também instaurou 49 inquéritos policiais e lavrou 100 termos circunstanciados de ocorrência para investigar possíveis irregularidades.

Entre os principais crimes apurados estão propaganda eleitoral irregular e corrupção eleitoral, especialmente casos relacionados à compra de votos. Segundo a PF, os valores referentes aos bens e ao dinheiro apreendidos ainda são preliminares e passarão por validação.

As ocorrências foram registradas em 23 estados e no Distrito Federal. São Paulo está entre as unidades da Federação onde houve atuação da Polícia Federal, assim como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

O balanço final mostra crescimento das ocorrências ao longo do domingo. Às 11h30, a PF contabilizava cinco inquéritos, 12 termos circunstanciados e 48 pessoas conduzidas. Naquele momento, R$ 769,3 mil haviam sido apreendidos em bens e valores, incluindo R$ 363,6 mil em espécie.

Às 20h30, o número de pessoas conduzidas já havia chegado a 194, enquanto 35 inquéritos tinham sido instaurados e 97 termos circunstanciados registrados. As apreensões somavam R$ 1,83 milhão em bens e valores.

ACUMULADO DO ANO

Considerando todas as ações realizadas em 2026 até o fim do primeiro turno, a Polícia Federal instaurou 1.337 inquéritos relacionados a crimes eleitorais. As apreensões acumuladas ultrapassaram R$ 47,5 mi em bens e valores. Desse montante, aproximadamente R$ 31 mi correspondem a dinheiro em espécie apreendido em operações e ocorrências investigadas pela corporação.

A PF atua em todo o território nacional na prevenção e repressão a crimes eleitorais e na investigação de fatos de competência da Justiça Eleitoral. Segundo a instituição, os números podem mudar devido ao registro de novas ocorrências.